

ATEÍSMO EM LOCKE

*Antônio Carlos dos Santos*¹
(Universidade Federal de Sergipe)

No dia 22 de dezembro de 1665, Locke escreveu uma carta a Robert Boyle, durante sua estada em Clêves, época em que exercia uma missão secreta na Prússia. Nesta carta, o inglês registra toda a sua admiração pela tolerância religiosa praticada na cidade. Diz ele:

Eles se autorizam mutuamente, em toda quietude, a escolher seu itinerário em direção ao céu; e eu não vejo nenhuma disputa nem animosidade entre eles causados pela sua religião... Cultivam opiniões diferentes sem nenhum ódio nem rancor secreto².

No final da década de 1660, Locke dá-se conta de que a tolerância traz imensas vantagens: assegura a estabilidade política, movimenta a economia ao estimular o comércio (a exemplo da Holanda) e protege as liberdades civis por meio da obediência e da ação dos magistrados.

Ora, a pergunta fundamental da tolerância é: como lidar com a diferença num mundo marcado pela unicidade seja política seja religiosa? No século XVII, defendia-se o argumento segundo a qual a unidade de um

¹ É Professor de Ética e Filosofia Política da UFS (Universidade Federal de Sergipe, Brasil). acsantos12@uol.com.br

² John Locke, *Selected Correspondence*. Edited by Mark Goldie from the Clarendon Editions by E. S. De Beer. Oxford : Oxford Univesity Press, 2002, p.27.

Estado exigiria a coesão dos súditos sob uma única religião, para que eles comungassem o mesmo poder político. Mas, como se situaria a figura do ateu? Qual o seu lugar num mundo marcado pela unicidade religiosa e política? Assim, o objetivo deste texto é analisar o conceito de ateu no pensamento de Locke.

Um dos temas mais instigantes do pensamento político de John Locke é o ateísmo. No âmbito da sua teoria do conhecimento, esse tema recebe um tratamento importante para as fundações do empirismo, contra os platônicos de Cambridge e Descartes, que afirmava ser a ideia de Deus inata. Ora, se muitos homens vivem, como Locke defende no início do *Ensaio*, sem a menor noção de Deus, logo, do ponto de vista antropológico, ser ateu faz parte da natureza do homem. No que tange à sua filosofia da religião, é uma tema de destaque, pois está vinculado com as preocupações éticas que refletem decisivamente no âmbito político. No que concerne à sua filosofia política, Locke forneceu um *fundamentum* filosófico à tolerância, escrevendo uma obra específica sobre este tema, e defende explicitamente a intolerância aos ateus. Seria possível compatibilizar secularização com a moralidade religiosa na Inglaterra do século XVII? Como suplantar essa tensão entre a defesa da tolerância em Locke e a discussão de seus limites? Num ambiente marcadamente religioso, o que fazer com o ateu do ponto de vista político já que ele não pode ser tolerado? Ou este paradoxo no pensamento de Locke seria apenas “uma estranha e profunda incoerência”, como defende Dunn³? Estas são as questões centrais que nortearão este texto no pensamento político de Locke.

O secretário de Shaftesbury, no final de *A Letter concerning Toleration*⁴, apresenta quatro situações em que a intolerância é plenamente justificada: a primeira, quando qualquer doutrina religiosa for incompatível com o bem comum ou ameaçar a sociedade civil; a segunda, quando

³ Literalmente, afirma Dunn: “As ideias de muitas pessoas ficam para sempre totalmente confusas e, como sublinhamos constantemente, as próprias ideias de Locke guardaram durante toda a sua vida uma estranha e profunda incoerência”. *La pensée politique de John Locke*. Paris: PUF, 1991, p.40.

⁴ Todas as citações e referências de Locke são de suas obras completas, *The Works of John Locke*, em nove volumes, reproduzidas em 1824 (12ª edição), ainda hoje consideradas a edição de referência. Doravante, para *A Letter concerning Toleration*, apenas *Letter*, seguido do número da página, correspondendo ao Volume VI, das *Works*. Para *An Essay concerning Human Understanding*, apenas *Essay*, observando-se a seguinte convenção: o número romano sinaliza o livro; o capítulo é indicado pelo primeiro arábico, e o parágrafo, pelo segundo. Para *Two Treatises of Government*, apenas *Treatises*, seguido do número do parágrafo. Já o *An Essay Concerning Toleration*, apenas *Essay Toleration*, seguido do número da página, segundo a ordem estabelecida pelo *Political Writings*, editado por David Wootton, 2003.

alguma seita, contrária ao direito civil, se autodenominar responsável pelos rumos da sociedade política, destituindo as autoridades legítimas; a terceira, quando não se permitirem as interferências de magistrados nos assuntos religiosos; a quarta e última, é a sua firme oposição aos ateus. Os três primeiros argumentos são coerentes com seu conceito de tolerância, mas o quarto é polêmico: excluir o ateu da esfera política resolveria a questão da intolerância religiosa? Quais são as consequências políticas da inadmissão do ateu na vida civil? Locke silencia sobre estas questões e, quando discorre sobre o assunto, é bastante lacônico e por isso mesmo o tema se torna desafiador.

Na obra *A Letter*, a palavra *ateu* (*atheist*) aparece apenas três vezes com acepções e contextos distintos.

Na primeira, Locke refere-se ao ateu como um elemento aparentemente neutro ou inofensivo para uma comunidade religiosa, e fornece um contraexemplo, o magistrado. No entanto, esta primeira acepção tem o fito de preparar o terreno para o leitor saber distinguir a diferença entre ambos. Para Locke, independente da inclinação religiosa de quem detém o poder, os direitos civis permaneceriam em igual proporção. Nota Locke: “o poder civil é o mesmo em toda parte, nem pode este poder, nas mãos de um príncipe cristão, conceder maior autoridade para a igreja do que podia nas mãos de um ateu” (*Letter*, p. 145; grifo nosso).

À primeira vista, essa passagem nada diz sobre o que, de fato, é o ateu, mas observando-a com mais cautela, podemos ver que, diante da construção do exemplo, nenhum cidadão exerce uma posição tão destacada quanto a do ateu: ele é a antítese do magistrado. Nessa passagem ainda há uma outra questão: o ateu não beneficiará ninguém, simplesmente porque é descrente. Se o magistrado é o guardião da ordem, o ateu pode ser o seu oposto; o que significa dizer que aquela primeira assertiva nos induz a certo equívoco se tirarmos conclusões precipitadas.

Já no segundo momento, Locke faz uma análise psicológica do ateu. Ele é associado à figura de um louco, mais precisamente de um homem destituído de valores morais e que por isso mesmo não inspira nenhuma confiança. Referindo-se aos antigos reis ingleses, afirma Locke:

Embora esses monarcas sustentassem pontos de vista tão diferentes e dessem ordens tão diversas em questões de religião, ninguém, exceto um louco (quase disse ninguém, exceto um **ateu**), ousaria afirmar que homem honesto algum, que cultuasse o verdadeiro Deus, obedeceria aos decretos religiosos deles sem ofender sua própria consciência e reverência por Deus. (*Letter*, p. 27; grifo nosso).

O ateu, nesta acepção, é volúvel às ideias políticas impostos pelos reis e, como não tem nenhuma crença religiosa, estaria mais apto a acreditar nelas do que os religiosos, por exemplo. O que fica implícito é que o ateu é incapaz de gestos nobres por causa de sua condição, razão pela qual deve ser apartado de qualquer noção de sociabilidade, inclusive religiosa. Ou seja, o ateu, conforme Locke descreve, é antes de tudo um rude que, pela ausência de credo em Deus, não é capaz de esboçar tolerância e, por essa mesma razão, não pode ser tolerado.

Assim, num primeiro momento, ser ateu seria apenas um pecado, e não um crime civil. Então o magistrado não poderia fazer nada contra ele. Este mesmo sentido se assemelha à passagem no §58, no modo como Locke fala do infiel ou pagão (*heathen*), de um ponto de vista exclusivamente político. Lá ele registra: “se um infiel duvida de ambos os testamentos, ele não deve ser punido, portanto, como um cidadão pernicioso. O poder do magistrado e as propriedades das pessoas podem estar igualmente seguros se as pessoas acreditam ou não nessas coisas”. Ora, se formos analisar o que Locke diz no *Ensaio*, o *heathen* é uma espécie de ateu porque ele não tem a verdadeira concepção da ideia de Deus. Como no caso dos índios na América. Assim, o problema não é político nem religioso, dizendo melhor, como Polin, é político-moral. Ou seja, o magistrado não pode punir o ateu porque ele é ateu, mas sim quando o ateu age contra às leis civis. E como o ateu não é moralmente confiável, é uma espécie de louco, uma hora ou outra ele vai se revoltar. Por isso, eu diria que essa intolerância ao ateu é uma espécie de antecipação, de medida preventiva do estado. Não contra o pecado, mas contra o possível crime civil, que só aparece num terceiro momento.

No terceiro e último momento, o ateu aparece na obra como alguém que deve ser excluído do contexto social. Aqui, todas as expectativas negativas acerca do ateu são expostas e isso ajuda a entender porque ele não deve ser tolerado. Nesta acepção, o ateu de Locke não é um homem crítico ou esclarecido, porque se o fosse, jamais negaria a existência de Deus. Além disso, um indivíduo desvinculado de valores religiosos só pode incitar a violência e a desordem:

os que negam a existência de Deus não devem ser de modo algum tolerados. As promessas, os pactos e os juramentos, que são os vínculos da sociedade humana, para um **ateu** não podem ter **segurança**, pois a supressão de Deus, ainda que apenas em pensamento, dissolve tudo. Além disso, uma pessoa que solapa e destrói por seu ateísmo toda religião não pode, baseado na religião, reivindicar para si mesma o privilégio de tolerância. *Letter*, p. 47; grifo nosso).

A desconfiança de Locke para com o ateu aparece também em outras obras. Ora, a confiança está no centro conceitual do pensamento político de Locke: ateus não são dignos de crédito (*Essay*, I, 3, 13; I, 4, 8; ver *Letter*, 8). Esta ideia se repete em praticamente todas as obras do pensador inglês com algumas nuances⁵, de modo particular, naquelas no final dos anos 60: Na *Constituição da Carolina*, 1668, por exemplo, os ateus são expulsos da colônia, e na *Letter*⁶, de 1667, Locke afirma que os ateus são tipos mais perigosos do que animais selvagens, e por isso são incapazes de viver em sociedade:

É preciso apenas assinalar, antes de encerrar esse item sobre as opiniões especulativas, que não se deve incluir a crença numa divindade entre

⁵ No primeiro Livro do *Ensaio*, Locke admite o que poderíamos chamar de **ateísmo antropológico** contra os platônicos e cartesianos: “(...) Sem a noção de uma legislador é impossível ter uma noção de lei e de obrigação a cumprir. À parte os **ateus**, mencionados pelos antigos e marcados nos anais da história, não descobriu a navegação, nestes mais tardios tempos, nações inteiras, na baía de Soldânia, no Brasil (...), entre as quais não se encontrou nenhuma noção acerca de Deus, nem da religião” (I, 3, § 8). É mais ou menos assim, todos nascemos ateus, as nações mais cultas desenvolvem a noção de Deus (aqueles das teologias racionais) e de regras morais mais sólidas. Sendo Deus, então, um produto da razão (entendida como regra moral) ao negá-lo correríamos o risco de cair num reino da imoralidade, mas isso não é certo, é apenas um risco porque os homens podem viver em sociedade com regras morais razoáveis estabelecidas sem que seja (ainda) desenvolvida a noção de Deus. Locke considera que na América os povos originários viviam em um perfeito estado de desconhecimento de Deus. E nas sociedades atuais também, porque não dá para saber como a mente das pessoas interiormente se comporta acerca das suas ideias que não são exteriorizadas: “E ainda que só uns tantos libertinos miseráveis **confessem** agora o seu ateísmo, possivelmente saberíamos de mais se o terror da espada do magistrado ou a censura do próximo não fosse um travão para as línguas ...” (I, 3, §8). No *Segundo tratado*, apesar de sempre falar de Deus, a noção de moralidade está estabelecida na ideia de razão, por isso Locke vai defender que em muitos lugares da América poderíamos encontrar organizações sociais semelhantes ao que ele queria defender como estado de natureza: (§14, ver nesse parágrafo a nota de rodapé n.º3).

⁶ É importante considerar que *An Essay Concerning Toleration* foi publicada em 1667, que foi fonte de inspiração para as *Letters*. Posteriormente, como resposta às críticas que foram feitas à sua obra, Locke publicou a segunda *Carta* em 1690, dirigida contra o clérigo de Oxford, Jonas Proast. Seguiu-se, pois, o debate e, em 1692, Locke publica a terceira, que é mais extensa de todas elas. Finalmente, dez anos depois, em 1702, Locke publica uma quarta, ainda inconclusa, dirigida, igualmente, a J. Proast. É nesta atmosfera que clássicas questões da filosofia política vão se misturar a novos temas religiosos formando um caldo bastante tenso e polêmico no qual Locke terá um papel fundamental no século XVII inglês. As quatro *Cartas* ocupam o VI volume da edição das obras completas de Locke (*The Works of John Locke*. London, 1823, 10. Vls). O *Essay Toleration* está nos *Political Writings*, editado por David Wootton. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2003.

opiniões puramente especulativas: por ser a fundação de toda a moralidade e influenciar toda a vida e as ações humanas, sem ela o homem deve ser considerado simplesmente uma das mais perigosas espécies de animal selvagem, e por isso incapaz de toda e qualquer sociedade (*Essay Toleration*, p.188).

Ora, a falta de confiança é uma característica dos animais, que agem pelo instinto e não pela razão. Numa sociedade civilizada, a racionalidade é um de seus traços mais notáveis, e por isso ela passa pelos pactos e promessas, tornando-se, nas palavras de Dunn, o “cimento da sociedade”. Como afirma esse comentador, “Locke adere ao sentimento, crescente no século XVII, de que a multiplicação de sermões toca a significação moral que os homens ligam aos tabus contemporâneos mais potentes, e que se sentem profundamente a lógica dessa inquietude” (Dunn, 1991, p.149). Não podemos nos esquecer que, no século XVII, os sermões tinham um papel fundamental na sociedade inglesa, como bem descreve Christopher Hill, em *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England*, a tal ponto de Locke admitir que o ateu é um perigo para a sedimentação da sociedade, que passa pelo entendimento desta palavra. No *Essay*, Locke é bem claro: “Deus fez o homem para ser uma criatura social, não somente ele inspirou o desejo, e o pôs na sociedade para viver com os da sua espécie, mas lhe deu a faculdade de falar para que esta fosse o grande instrumento e a ligação comum desta sociedade” (*Essay*, III, 1, 1). Vemos aqui como se vinculam os termos “confiança”, “racionalidade”, “pacto”, “entendimento” e consentimento em Locke: o sermão religioso, tão importante naquele momento histórico, seria um instrumento dos mais eficazes pelo “cimento” que une os homens e a irreligiosidade ateia, ao romper com o sermão, conseqüentemente, romper-se-ia com a sociedade. Não podemos nos esquecer que um dos pontos essenciais da Reforma Protestante é a Pregação da palavra como um meio para ação da graça e de salvação pela fé. Esta, como sabemos, é adquirida pela audição, cujo Espírito é seu maior veículo. Ora, se pensarmos que a religião agrega um sistema de opiniões que são inculcadas na mente pela força do argumento, entenderemos melhor a razão pela qual o ateu estaria fora de quadro conceitual político-filosófico de Locke.

Locke põe um problema para si mesmo de caráter quase insolúvel: se o ateu sempre existiu por desconhecer a existência de Deus e que, portanto, faz parte da natureza humana, e se por outro lado, ele ganhou força com o avanço da racionalização do mundo, com o distanciamento das preocupações religiosas enquanto questões da vida humana, e se o próprio Locke propõe a separação das esferas e competências entre o Estado e a Igreja como forma de pôr fim aos conflitos religiosos, inexoravelmente a laicização⁷ seria a consequência mais evidente desse distanciamento

⁷ Este termo remonta a um ideal universalista de organização da cidade e de dispositivo

entre as duas instituições, razão pela qual os ateus seriam a face mais proeminente deste novo cenário.

Ora, por que Locke imprime esta crítica ao ateu? O ateu nega em termos ontológicos e absolutos a existência de qualquer divindade, providência ou transcendência. Se para Locke o ateu é um imoral, posto que não cumpre os pactos sociais, o foco de sua crítica está em que sem Deus, tudo estaria fadado à perversão e à anarquia. Tem-se aqui a associação entre moralidade e religiosidade ou entre descrença e desagregação social, que tão bem plasmou Dostoiévski em *Os irmãos Karamázov*: sem Deus nada seria verdadeiro, tudo seria permitido e nada faria sentido. Como conviver com este perigo?

Na Inglaterra do século XVII, a ameaça maior que se vislumbrava era a perspectiva da tolerância religiosa conduzir ao ceticismo e, deste, ao ateísmo. Ainda que a Revolução de 1688 tivesse, com o *Toleration Act* de 1689, concedido alguma liberdade religiosa para grupos protestantes não-anglicanos estava longe de se aceitar uma tolerância ampla, muito menos universal. A tolerância, para muitos, se apresentava assim, como abrir o portal da anarquia por onde todos os males poderiam entrar⁸. Hill registra um discurso na Câmara dos Comuns contra a liberdade religiosa aos sectários:

eles em pouco tempo virão também a saber... que têm por nascença um direito a se libertarem do poder dos Paramentos e... reis, bem como a tomarem em armas contra ambos quando estes não votarem ou agirem de acordo com os seus humores. Isso que eles chamam, falsamente, de liberdade de consciência pode rápido converter-se em liberdade de terras, em liberdade de casas, em liberdade de esposas (Hill, 1991, p.112).

jurídico grego, *laos*, traduzido por laicidade, que congrega três princípios: liberdade de consciência e emancipação pessoal, igualdade de todos os cidadãos sem distinção de origem, de sexo ou de convicção espiritual e interesse geral como razão de ser do Estado. Assim, como afirma Pena-Ruiz, “Laica é a comunidade política na qual todos podem se reconhecer; a opção espiritual é assunto privado”. Henri Pena-Ruiz, *Qu’est-ce que La laïcité?* Paris: Gallimard, 2003, p. 23.

⁸ A crítica de Filmer é precisamente essa, a filosofia liberal funda a sociedade no indivíduo e em seus direitos naturais, depois solapa esse mesmo individualismo e os famosos *natural rights*, em razão do corpo político fundado. O pensamento de Hobbes é o mais clássico sobre essa questão. E a filosofia política de Locke tenta justamente responder os empecilhos que Filmer estabeleceu contra a filosofia liberal. Contudo, a tese do Kendall rebate o entendimento mais comum de Locke como o príncipe dos individualista, em defesa de uma filosofia lockeana centrada na regra da maioria, em detrimento do individual. Ver: Willmoore Kendall, *John Locke and the doctrine of majority-rule*. Urbana: University of Illinois Press, 1941.

É importante destacar que o conceito filosófico de ateísmo só ganhou forma e consistência no debate filosófico no século XVIII, porque até então ele estava vinculado ao de libertinagem (Moraes, 1992, p. 18). Alan Kors⁹, ao analisar as origens do ateísmo na França, defende que foram as doutrinas ortodoxas que inventaram aquelas heterodoxas e por isso a dificuldade inicial de se conhecer as origens do ateísmo. Mas foram os libertinos que plantaram os “germes do ateísmo” (Minois, 1998, p. 214). No século XVII, o ateu tinha um conceito polissêmico: era o mesmo que um herege, um blasfemador, zombador da divindade, pagão, cético, ou todos aqueles que não agiam conforme as exigências institucionais; enfim, era, no limite, uma ofensa moral. Popkin, talvez, é quem melhor analisa o quadro desse conceito:

O termo “ateu” no final do século XVI e início do século XVII era usado com um sentido pejorativo, e não descreve de fato a posição de ninguém, se ‘ateu’ for entendido como aquele que nega a existência de Deus e a visão judaico-cristã da natureza e do destino humanos. Pensadores críticos tinham interpretações diversas e dúvidas sobre aspectos da verdade da posição religiosa. Mas o ateísmo como negação da existência de um Deus atuante na história e como uma negação do relato bíblico enquanto retrato verdadeiro de como a história teve o seu início e progrediu, é uma visão típica de meados do século XVII que se desenvolveu com base nas heresias de La Peyrère e no seu ceticismo aplicado ao material religioso (Popkin, 2000, p. 332).

Isto significa dizer que a ideia corrente no período é a de que o ateísmo seria uma prática rebelde e indisciplinada, “sinônimo de imoralidade, de perversão, de dissolução” (Mori, 1999, p. 189). Por esta razão, havia sempre a vinculação do ateu com o libertino, o herege ou um monstro profano, que tem um instinto obscuro, fundado na ignorância. Nunca é demais lembrar que em 1677 o Parlamento inglês fez do ateísmo uma ofensa capital e, em 1697, por meio do *Blasphemy Act*, condenou politeístas, falsos cristãos e quem quer que blasfemasse contra a doutrina da Trindade. O ateu se mostrava, assim, um perigo à vida social pelo simples fato de não demonstrar vínculo religioso nem temor a Deus, pois, afinal, como poderia haver *fundamentum* social sem referência a Deus, origem e finalidade de tudo?

No *Essay*, Locke associa o ateu ao libertino e registra que este segmento só não se ampliou mais porque o medo da espada ou a denúncia de vizinhos fizeram com que os ateus se silenciassem. Nas palavras do pensador inglês:

⁹ Alan Charles Kors, *Atheism in France: 1650-1729*. V.1: *The Orthodox Sources of Disbelief*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Talvez concluíssemos serem justas as queixas que se ouvem do púlpito sobre o ateísmo. E ainda que só uns tantos libertinos miseráveis confessem agora o seu ateísmo, possivelmente saberíamos de mais se o terror à espada do magistrado ou à censura do próximo não fosse um trovão para as línguas; se não existisse o medo ao castigo e à afronta, quantos não proclamariam o seu ateísmo tão abertamente como o fazem com as suas vidas (*Essay*, I, 3, 8).

O argumento principal de Locke contra o ateu incide sobre a sua moral. Na visão do inglês, o ateu é incapaz de cumprir os termos que o vinculam à sociedade, o dever político, o que se liga, necessária e estreitamente, à crença em Deus. Este é o argumento predominante contra o ateu em todo o século XVII, que vai se estender até o XVIII, do qual compartilharão, por exemplo, Montesquieu, Rousseau e Voltaire, para se restringir apenas aos teóricos das Luzes francesas mais expressivos sobre a temática.

Desde muito cedo, Locke preocupa-se com a ideia de Deus em suas principais obras. Ao elaborar os *Treatises*, Locke procurou identificar a lei da natureza vinculada à lei de Deus. Tal ideia tem origem em seu desafio à tese de Sir Robert Filmer, de que Adão teria as prerrogativas de monarca do mundo, assim que Deus o criou, herdando sua descendência o direito de governar. O poder, pensa Locke, deriva da experiência sensível, de um pacto entre os homens, em que emerge o poder político legítimo de quem deseja a segurança de seus bens, da liberdade e da vida: está longe, portanto, de ser algo hereditário.

Deus entra no pensamento lockeano com a função de imprimir respeito à lei moral, numa analogia com o legislador (*law-giver*) cuja tarefa consiste em impelir à lei civil: “Sem a noção de um legislador é impossível ter uma noção da lei e obrigação para cumpri-la” (*Essay*, I, 4, 8, 60). Então, se podemos derivar a moralidade apenas das regras matemáticas (Ver *Ensaio*, capítulos II, III e IV), mesmo supondo que Deus tenha criado a lei de natureza, nossa afirmação ou não de um deus ou de uma religião não implicaria necessariamente nas derivações matemáticas da moral. Ou melhor, poderíamos ignorar a questão da existência de Deus, mas derivar a verdade das regras morais da razão somente. É uma espécie de ateu racional, religiosamente incorreto, mas moralmente apto ao convívio social. Nesse sentido, sugere Locke nos seus *Some Thoughts concerning Education*, que o preceptor deve apresentar a Bíblia à criança antes mesmo de ela iniciar seus estudos, porque a Bíblia é a palavra de Deus cujo entendimento ajuda em sua formação. Essa orientação é mais para criança porque elas não podem derivar a moral da razão, tendo em vista que suas faculdades ainda não compreendem ideias complexas. Essa mesma orientação aparece em

Reasonableness of christianity, ao defender o mesmo procedimento aos trabalhadores, aqueles que têm pouco tempo de refletir sobre questões mais intrincadas, porque vivem “das mãos para a boca” devem ser instruídos por uma moral plenamente religiosa. Essa moral simples substituiria os raciocínios mais intrincados. Embora a ideia de Deus seja uma evidência, não há caracteres originais na mente, e, por isso, Locke afirma:

Da consideração de nós mesmos e do que infalivelmente encontramos em nossas próprias constituições, nossa razão nos conduz ao conhecimento desta verdade certa e evidente: que há um Ser eterno, mais poderoso e mais cognoscente, que, se alguém desejar chamar de Deus, não importa. A coisa é evidente, e, desta ideia devidamente considerada, facilmente deduziremos todos os outros atributos que devemos destinar a este Ser eterno. (*Essay*, IV, 10, 6)

Partindo do conhecimento da existência humana, chega Locke, intuitivamente, à conclusão de que existe um ser eterno, pois “Não há verdade mais evidente que esta: alguma coisa deve ser da eternidade” (*Essay*, IV, 10, §8). Segundo Locke, é tão absurdo não acreditar em Deus quanto não acreditar no nada. No *Essay*, ele chega a confundir o ateu com o cético:

Eu jamais ouvi de alguém tão irracional, ou que poderia supor uma contradição tão manifesta, para afirmar que em certa época não havia perfeitamente nada. Este é, de todos os absurdos, o maior: imaginar que o puro nada, a perfeita negação e ausência de todos os seres, poderia produzir qualquer existência real. (*Essay*, IV, 10, 8)

O ateu teria um estado de alma confuso ou um instinto obscuro, fundado na ignorância. Em outros termos, o ateísmo seria uma prática rebelde e indisciplinada, que perde o vínculo religioso por não se identificar com o temor a Deus.

O Deus de Locke é, portanto, um espírito eterno, infinito e sábio¹⁰, que vive ativamente, em contraposição à passividade da matéria. Sua existência se demonstra, mas não sua essência. A crença na existência de Deus, simplesmente, é o meio pelo qual o vulgo encontra na moral, a possibilidade de ele respeitar as leis de convivência e submeter-se ao pacto social. Por moral, Locke entende a “ciência adequada e função da

¹⁰ Sobre a ideia de Deus em Locke, assim sustenta John Pocock: “Ele estava convicto de que a existência de Deus podia ser conhecida e racionalmente demonstrada e estava seguro de que fora revelado que Jesus era o Cristo e o Messias. Mas, ao reduzir as necessidades da crença cristã a essas duas proposições, ele quase chegou a reduzir toda experiência religiosa a uma experiência de conhecimento, uma operação da mente racional”. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p.419.

humanidade em geral (ambos referentes e adequados para desvendar seu *summum bonum*); como várias artes, empenhadas acerca de várias partes da natureza, são o destino e talento pessoal de determinados homens, para o uso comum da vida humana e sua subsistência particular no mundo” (*Essay*, IV, 12, §11). Ou seja, é a moral que fornece o norte e o sentido de existência ao indivíduo e por essa razão Locke é contra o ateu. Já que o ateu não acredita no “Ser Ordenador”, que possibilita sentido ao mundo, corre-se o risco de ele não cumprir as leis instituídas, os costumes e hábitos legados pela tradição, desestruturando os laços morais, fundamentais à vida pública. Se o ateu não teme a sanção divina como poderia temer a sanção da lei moral? (Thierry, 1997, p.38). Por isso, o ateísmo é um risco à paz coletiva e um mal a ser evitado com a intolerância. Ao ser acusado por John Edward de que seu pensamento sobre a tolerância incita o ateísmo, Locke se arma e ao mesmo tempo dispara contra seus opositores: o ateu deveria ser considerado criminoso e por isso deveria ser “excluído da sociedade equilibrada e civil”¹¹. Se o objetivo do indivíduo lockeano é a conservação de si e a preservação de seus bens, ele precisa de uma convicção subjetiva, que não pode ser à força, mas dada pela educação, sobretudo religiosa. No fundo, sempre existe essa tensão entre o indivíduo e a coletividade em Locke. Se olharmos dessa forma, não somente o ateu, mas qualquer outra opinião ou ideia que fosse empregada pela sociedade deveria ser excluída.

No século XVII, o único filósofo que de fato aceitou o ateu no seio da sociedade foi Pierre Bayle, contemporâneo de Locke, que viveu exilado em Amsterdam. Naquele momento histórico, o ateu era interpretado como aquele que combate os preconceitos, as opiniões aceitas comumente, as crenças dominantes. Para fugir da discriminação, por ser diferente dos demais, o ateu tem uma existência discreta e misteriosa, vive em pequenos círculos, às margens da sociedade¹². Respeitoso das leis estabelecidas, o ateu sustenta certos princípios não menos religiosos:

¹¹ John Locke, *A Vindication of the Reasonableness of Christianity*. In Works VII, 161. Ora, aqui nos deparamos com um outro problema, que ultrapassa o escopo deste texto, mas não podemos nos furtar a registrar: com este argumento, o fundador do liberalismo não compromete sua própria ideia liberal, cuja base está no indivíduo? Podemos pensar que a base desta questão é a defesa secular do direito à liberdade de pensamento e de expressão. Evidentemente que ela foi retrabalhada por Kant no ideal da autonomia humana e que, posteriormente, John Rawls o transformou na moderna ética liberal. Num outro registro, não podemos nos esquecer, temos o texto de Benjamin Constant, “A liberdade dos antigos comparada à dos modernos” (Benjamin Constant, *Political Writings*. Ed. B. Fontana: Cambridge, 1988). Esta questão, no que tange aos ateus, parece continuar aberta.

¹² Pierre Bayle, *PD*, II, 158 (§191).

Bem longe que tal homem quisesse inspirar suas opiniões aos que dele poderiam abusar, ou a quem elas poderiam fazer as consolações que a esperança de uma eternidade feliz lhe fizesse sentir em sua miséria, ele as fortificaria através do princípio de caridade e de generosidade¹³.

Contudo, esses princípios não têm conotação doutrinária, mas libertadora: Bayle ataca os preceitos supersticiosos para, em seu lugar, fincar reflexões e valores laicos, livres de toda tutela religiosa e opressiva. Porém, quem são esses ateus? São homens que, responde Bayle, “após ter discutido, examinado, posto numa grande sequência de raciocínios, maldosos por eles mesmos, mas que lhes parecem sólidos, perseguem até pronunciarem em seus corações que a existência de Deus é falsa ou problemática”¹⁴. A característica primordial do ateu especulativo é seu caráter reflexivo e meditativo, que examina, sempre, todas as possibilidades antes de agir, renunciando aos preconceitos de infância e às superstições adultas. Contudo, é importante destacar que esse tipo de ateu não é necessariamente aquele que nega a existência de Deus. É aquele que nega a dimensão providencial divina, porque toda a religião se fundamenta não no dogma da existência divina, mas em sua providência, nos milagres, na existência de vida futura¹⁵. O ateu, com seu furor especulativo, em que acredita? Somente em si mesmo, em sua força racional, quebrando qualquer mediação entre ele e o Criador: “o ateísmo surge, assim, quando toda a comunicação é interrompida entre a criatura e o Criador, quando a confiança do crente se transforma em puro temor, quando a mão de Deus se torna inteiramente invisível aos olhos dos homens”¹⁶.

Para Bayle, o ateu não representa nenhum perigo à sociabilidade. Seu problema é que ele age considerando o princípio da utilidade. Embora não acredite nas penas celestes, que são anunciadas como freios indispensáveis para a ordem social, o ateu age moralmente e pode, até, formar uma sociedade. A ideia de uma república de ateus não é totalmente descabida, uma vez que, não acreditando na imortalidade da alma, na Providência e na recompensa após a morte, seus membros confiariam muito mais nas leis que promulgassem, promovendo a condição de vida socialmente digna do que o católico que muito promete e pouco cumpre.

Em Locke, não se trata de negar a tolerância ao ateu por questões religiosas, mas sim políticas. A tolerância não pode ser irrestrita porque

¹³ Pierre Bayle, 1974 (*Dictionnaire...*), Barreaux.

¹⁴ Pierre Bayle, *PD*, §37.

¹⁵ Pierre Bayle, 1974 (*Dictionnaire...*), Lucrèce.

¹⁶ Gianluca Mori, *Bayle philosophe*. Paris: Honoré Champion, 1999, p. 211.

nem tudo pode ser permitido. Afinal, como tolerar o ateu se ele próprio não cumpre com os limites impostos pela lei civil, como o pacto social? Para Locke, é preciso preservar o equilíbrio de direitos e com isso a própria tolerância é sustentada institucionalmente.

Locke, homem extremamente religioso, preso à exegese das Escrituras, declara que a verdadeira religião está na força e na eficácia da fé, a condição para a salvação eterna. Bayle, sarcástico em assuntos religiosos, sustenta a ideia de que a religião não forma moralidade e, em razão disso, defende uma sociedade de ateus. Para o inglês, a crença em Deus é condição para uma vida política estável, o sustentáculo da unidade social e, por isso, da própria tolerância. Se Deus não existe, como conceber o mundo? Para o francês Bayle, a tolerância justifica-se por si própria, mediante o princípio da razão e, por isso, a moralidade não passa, necessariamente, pela crença em Deus. Ora, temos aqui dois pensadores que marcaram profundamente o século seguinte e que têm visões distintas sobre o ateísmo e, consequentemente, sobre a tolerância.

Em Locke, os princípios morais não podem ser inatos porque isso equivaleria a dispensar a necessidade da reflexão pessoal no momento da ação e a capacidade de o indivíduo se modificar. Locke demonstra que os homens não nascem com nenhum tipo de conhecimento, nem prático, muito menos especulativo. No *Essay*, Locke afirma que as ideias morais dizem respeito às ideias de bem e mal, construídas a partir de nossas ideias de prazer ou dor. Agir moralmente bem é agir de acordo com o legislador, que oferece recompensa ou punição (E II. xxviii.5:351). Mas se Ele nos dá, resta ao indivíduo obedecê-Lo. Para isso, Locke apresenta ao leitor uma espécie de hierarquia da obediência por grau de importância moral: a lei divina, a lei civil e a lei de opinião ou reputação (E. II. xxviii.7:352). Por lei divina, Locke entende tudo que diz respeito às nossas obrigações morais, fornecidas por Deus. Afirma ele: “Ele tem o direito para fazê-lo; nós somos as suas criaturas. Ele tem a bondade e a sabedoria para orientar as nossas ações para o que é melhor; e Ele tem o poder de obrigar por meio de recompensas e castigos, com penas e duração infinitas na outra vida, pois ninguém pode nos tirar de suas mãos” (E. II xxviii.8:359). Já a lei civil, como denota o próprio nome, trata-se da lei instituída e, por fim, opinião, que é fruto da reflexão pessoal. A reputação diz respeito aos costumes cotidianos, algo que hoje chamaríamos etiqueta.

Ora, se uma das principais questões de Locke no *Ensaio* é ensinar ao leitor regras que possam conduzi-lo ao entendimento, considerando que elas vão ajudá-lo na sua ação, e que para isso ele faz uso de sua vontade, e como sabemos que a vontade é quase sempre volúvel, porque está sujeita à liberdade (a vontade, em Locke, é a faculdade que permite a liberdade), o indivíduo pode fazer escolhas moralmente injustas. Isto

traz duas consequências diretas: 1) não agimos por pensar primeiramente no *summum bonum*, como defendiam os pensadores antigos, quando se perguntavam sobre o modo de vida que poderia nos dar maior felicidade; 2) nossa vontade não é determinada pela quantidade de bem que cometemos, pois se fosse assim, ninguém pecaria. É a obrigação moral dada por Deus que nos exige que ela tenha que ser justa e moralmente boa. Por esta razão a religião em Locke serve como uma espécie de moralidade simples, muito mais do que uma especulação teológica ou política. Segundo Pocock, em *Linguagens do ideário político*, Locke foi um dos responsáveis no final do século XVII, por redefinir o papel da religião como formadora de opinião, e da liberdade religiosa, como liberdade de sustentar, formar e professar opiniões a respeito das operações da existência de Deus. Isto significou, em termos práticos, na passagem de uma liberdade religiosa para a de religião, e desta à liberdade da razão e da opinião.

Enfim, o que Locke defende é que as ideias morais, tais como Deus, lei, bem, vontade, recompensa e felicidade são adquiridas pela experiência, mas foram dadas por Deus por Ele ser a ideia perfeita, repleta de sabedoria e conhecimento. Talvez por isso, no *Ensaio*, Locke afirme que os discursos da religião, do direito e da moral são do mais alto interesse, mas também constituem a maior dificuldade. Assim, o argumento contra o ateu sempre será de natureza moral, de caráter religioso, e por esta razão o ateu será excluído do convívio social. Se as leis políticas não são suficientes para levar os homens à obediência, inclusive à tolerância, talvez a persuasão da mente via a religião seja um bom e eficaz veículo para formar indivíduos como aqueles com quem conviveu em Clèves.

Referências

- Ashcraft, Richard, *La politique révolutionnaire et les « Deux traités du gouvernement » de John Locke*. Paris: PUF, 1995.
- Bayle, Pierre, *Dictionnaire historique et critique*. Paris: Éditions Sociales, 1974.
- _____, *Pensées diverses sur la comète*. Paris: STFM, 1994.
- Brown, Vivienne, The 'figure' of God and the limits to Liberalism: a rereading of Locke's *Essay* and *Two treatises*. In: *Journal of the History of Ideas*. V. 60, N.1 (1999) pp. 83-100.
- Constant, Benjamin, *Political Writings*. Ed. B. Fontana: Cambridge, 1988.
- Dunn, John, *The political thought of John Locke: an historical account of the argument of the two treatises of government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- _____, *La pensée politique de John Locke*. Paris: PUF, 1991.
- _____, *Histoire de La théorie politique*. Paris: Édition Mentha, 1992.
- _____, Exigence de liberté de conscience: liberté de parole, liberté de pensée, liberté de culte? *Philosophie*. Paris, n. 37, p. 64-88, 1993.
- Cayón, José Ignacio Solar, *La teoría de la tolerancia en John Locke*. Madrid: Dykinson S. L. Libros, 1996.
- Goldie, Mark, *John Locke*. Ensaios políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Hill, Christopher, *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- _____, *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England*. London: Paperback, 1964.
- Kendall, Willmoore, *John Locke and the doctrine of majority – rule Urbana*: University of Illinois Press, 1941.
- Lamprecht, Sterling Power, *The moral and political philosophy of John Locke*. Columbia: Columbia University Press, 1962.
- Laslett, Peter, *Introduction to "Two treatises of government"*, by John Locke. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- Locke, John, *The works of John Locke in nine volumes*. 12th ed. London: Rivington, 1824.
- _____, *Carta sobre a tolerância, Segundo tratado sobre o governo civil e o Ensaio sobre o entendimento humano* – Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro, São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).
- _____, *Dois tratados sobre o governo* – Tradução de Julio Fischer, São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____, *Selected Correspondence*. Edited by Mark Goldie from the Clarendon Editions by E. S. De Beer. Oxford : Oxford Univesity Press, 2002, p.27.
- Long, Peter, *A summary catalogue of the Lovelace Collection of the papers of John Locke in the Bodleian Library*. Oxford: Oxford University Press, 1959.
- Lyon, Georges, *Enseignement et religion: études philosophiques*. Carolina: BiblioBazaar, 1907.
- Macpherson, Crawford Brough, *The political theory of possessive individualism*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

- Marshall, John, *John Locke: resistance, religion and responsibility*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____, *John Locke, toleration and early enlightenment culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Mclachlan, Herbert, *The religious opinions of Milton, Locke, and Newton*. Manchester: Manchester University Press, 1941.
- Mitchell, Joshua, *Not by reason alone: religion, history, and identity in early modern political thought*. Chicago: The Chicago University Press, 1993.
- Montuori, Mario, *John Locke: on toleration and the unity of God*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1983.
- Michaud, Ives, *Locke*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- Minois, Georges, *Histoire de l'athéisme*. Paris: Fayard, 1998.
- Moraes, Eliane Robert, *Marquês de Sade: um libertino no salão dos filósofos*. São Paulo: EDUC, 1992.
- Mori, Gianluca, *Bayle philosophe*. Paris: Honoré Champion, 1999.
- Parker, Kim Ian, *Liberal democracy and the Bible*. Lewiston: Edwin Mellen Press, 1992.
- Pena-Ruiz, Henri, *Qu'est-ce que la laïcité?* Paris: Gallimard, 2003.
- Pocock, John Greville Agard, *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- Piva, Paulo Jonas de Lima, *Ateísmo e revolta: os manuscritos do padre Jean Meslier*. São Paulo: Alameda, 2006.
- Polin, Raymond, Introdução. In: Locke, J. *Carta sobre a tolerância*. Lisboa: Edições 70, 1965.
- _____, *La politique morale de John Locke*. Paris: PUF, 1960.
- Popkin, Richard, *História do ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- Santos, Antônio Carlos dos Santos, *A via de mão dupla: tolerância e política em Montesquieu*. São Cristóvão: EDUFS; Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- Spitz, Jean-Fabien, *John Locke et les fondements de la liberté moderne*. Paris: PUF, 2001.
- _____, Introdução. In: Locke, J. *Scritti filosofici e religiosi*. Milano: Rusconi, 1979.
- Thierry, Patrick, *La tolérance*. Paris: PUF, 1997.
- Yolton, John W., *Problems and perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- _____, *Locke and French materialism*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1991.
- Wolterstorff, Nicholas, *John Locke and the ethics of belief*. Cambridge: Cambridge studies, 1999.

RESUMO

John Locke foi um dos primeiros pensadores modernos a publicar uma obra dedicada inteiramente sobre o tema da tolerância no final do século XVII. Em sua obra, no entanto, Locke apresenta limites: os ateus não são tolerados. Assim, o objetivo deste artigo é pensar esta tensão no pensamento político lockeano.

Palavras-chave: Locke – tolerância – ateísmo – política – moral

ABSTRACT

John Locke was one of the first modern thinkers to publish a work devoted entirely to the theme of tolerance in the late seventeenth century. In his work, however, Locke presents limits: atheists are not tolerated. Thus, the aim of this article is to think about this tension in the Lockean political thought.

Key-words: Locke – tolerance – atheism – politics – moral